



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A chefe de Divisão

(Paula Nunes)

CONCURSO PÚBLICO

CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE CINCO VEÍCULOS LIGEIROS DE PASSAGEIROS DE 9 LUGARES TIPO “KOMBI”

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A chefe de Divisão

(Paula Nunes)

ARTIGO 1º
IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

1. O presente concurso público tem como objeto a contratação da aquisição de cinco veículos ligeiros de passageiros de 9 lugares tipo "Kombi", conforme se descreve pormenorizadamente no caderno de encargos.

Proceder-se-á à adjudicação por lote, pelo que é permitida a apresentação de propostas por lote, de acordo com o a seguir descrito:

Lote 1- Veículos Ligeiros de passageiros com lotação de 9 lugares

Lote 2- Veículos comerciais de 9 lugares tipo Kombi para transporte colectivo de crianças

Lote 3- Veículo comercial de 9 lugares tipo kombi para transporte coletivo de crianças com mobilidade reduzida
TPMR.

ARTIGO 2º
ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a seguinte:

Município de Loulé

Praça da República

8104-001 Loulé

Telefone: 289 400600 / 289 400834

Telefax: 289 400697


ARTIGO 3º
ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal datado de 07.03.2019, no âmbito da sub-delegação de competências em matéria de autorização para realização de despesas, conferida por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 22.03.2018.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A chefe de Divisão


(Paula Nunes)

ARTIGO 4º

CONSULTA DO PROCESSO E ESCLARECIMENTOS

1. As peças que constituem o Procedimento, o Anúncio, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, encontram-se disponíveis para consulta na **DIVISÃO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL E APROVISIONAMENTO** da Entidade Adjudicante a acima mencionada (sita no Edifício Paços do Concelho - Praça da República, 8104-001 Loulé), cujo horário de atendimento é das 9.00H às 17.00H, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. As peças do procedimento encontram-se igualmente disponíveis na plataforma electrónica utilizada pela Entidade Adjudicante: <http://www.saphety.com/saphetygov>, onde podem ser consultadas e copiadas gratuitamente.
3. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao Júri do Concurso, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, exclusivamente através da referida plataforma electrónica.
4. Os esclarecimentos serão prestados pelo Júri, também por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma electrónica.
O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à rectificação de erros e omissões das peças do procedimento nos termos e prazo indicados.
Os esclarecimentos e as rectificações serão disponibilizados na plataforma electrónica e juntos às peças do procedimento patentes para consulta.
5. Os esclarecimentos e rectificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
6. Os interessados dispõem do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas para apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.

ARTIGO 5º

CONCORRENTES

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A chefe de Divisão


(Paula Nunes)

2. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que incorram em qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.
3. Podem ser candidatos ou concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
5. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
6. Em caso de adjudicação, todos os membros de agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato.

ARTIGO 6º

MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DATA LIMITE DE ENTREGA

Os documentos da proposta devem ser apresentados na plataforma electrónica utilizada pela Entidade Adjudicante: <http://www.saphety.com/saphetygov> , até às 18h00m do 30º dia a contar da data do envio do respetivo anúncio para publicação em Diário da República.

ARTIGO 7º

PROPOSTA

1.- A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

1.1. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), elaborado online (por carregamento do ficheiro "espd-request.xml" e seguindo as instruções fornecidas em anexo ao Programa de Procedimento (ANEXO I – Instruções para preenchimento do DEUCP). O DEUCP deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar. No caso da apresentação por um agrupamento deve ser preenchido um DEUCP por cada membro que o integra. Deve ser submetido com o título DEUCP _designação concorrente.pdf.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A chefe de Divisão


(Paula Nunes)

1.2. No caso de pessoa colectiva o concorrente deve juntar cópia da Certidão de Inscrição no Registo Comercial e declaração da representação de poderes, no caso da proposta e restantes documentos serem assinados por representante com poderes para obrigar o concorrente. *(documento a anexar pelo concorrente).*

1.3. Documentos dos quais constem os ATRIBUTOS DA PROPOSTA, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, sem dispensa de apresentação dos seguintes:

- i) PREÇO GLOBAL *(conforme matriz de quantidades disponibilizada na plataforma);*
- ii) CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS *(documentos a anexar pelo concorrente);*
- iii) PERÍODO DE GARANTIA *(documentos a anexar pelo concorrente);*
- iv) PRAZO DE ENTREGA *(documentos a anexar pelo concorrente).*

1.4. Documentos que contenham os **termos ou condições** relativas a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a Entidade Adjudicante pretende que o concorrente se vincule, designadamente os seguintes (documentos de entrega obrigatória, sob pena de exclusão):

- i) Declaração onde conste que se compromete manter a Câmara Municipal de Loulé permanentemente informada sobre as alterações que forem sendo introduzidas na viatura pelos fabricantes, fornecendo-lhe as correspondentes instruções *(documentos a anexar pelo concorrente);*
- ii) Declaração onde conste todos os óleos necessários para efetuar futuras manutenções (onde conste a viscosidade, normas/homologações e quantidade) *(documentos a anexar pelo concorrente);*
- iii) Manuais em língua portuguesa com instruções sobre a operação, manutenção e reparação das viaturas, incluindo todos os equipamentos e acessórios, quer sejam mecânicos, hidráulicos ou elétricos *(documentos a anexar pelo concorrente);*
- iv) Manuais de peças que permitam a sua fácil e rápida identificação *(documentos a anexar pelo concorrente);*
- v) Plano de manutenção preventiva, no qual deverá constar os intervalos de manutenção e a descrição dos serviços que serão executados em cada intervenção *(documentos a anexar pelo concorrente);*
- vi) Programa de formação que se propõem organizar *(documentos a anexar pelo concorrente).*
- vii) Declaração onde conste o tipo e a quantidade de gás utilizado no sistema de ar condicionado *(documentos a anexar pelo concorrente).*

1.5. Documentos que contenham os esclarecimentos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento.

1.7. Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A chefe de Divisão

(Paula Nunes)

2. As propostas devem respeitar os seguintes elementos formais:

2.1. Os documentos da proposta devem ser assinados electronicamente com um certificado qualificado emitido por entidade autorizada para o efeito, conforme relação de entidades certificadoras registadas na Autoridade Credenciadora disponível em www.gns.gov.pt . Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar directamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento electrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

2.2. As propostas e documentos que as acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respectivos originais.

2.3. Quando a proposta seja apresentada por agrupamento concorrente a declaração referida em 1.1. deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respectivos representantes. No caso de fazerem parte do agrupamento pessoas colectivas deve juntar cópia das respectivas Certidões de Inscrição no Registo Comercial.

3. Não são admitidas as propostas que envolvam alterações às cláusulas do caderno de encargos.

4. Não são admitidas propostas com variantes.

5. As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.


6. O prazo de manutenção das propostas é de 90 dias contados da data limite para a sua entrega.

7. Os preços constantes da proposta deverão ser indicados em algarismos e não incluem o IVA. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência estes prevalecem, para todos os efeitos sobre os indicados em algarismos. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A chefe de Divisão


(Paula Nunes)

ARTIGO 8º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, definida para cada lote, conforme disposto na alínea a) do n.º 1, do artigo 74º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações introduzidas pelas Declarações de Retificação n.º 036-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro.

Fatores do critério de adjudicação:

1. Preço Global (40 %);
2. Características Técnicas (40%)
3. Prazo de Entrega (10 %)
4. Período de Garantia (10 %);

Em caso de empate o critério a adotar será o fator preço. Se o empate persistir passa-se para o próximo fator com maior peso até esgotar todos os fatores. Se ainda assim persistir o empate procede-se a sorteio;

MODELO DE AVALIAÇÃO

LOTE 1 E 2

1. PREÇO GLOBAL (40 %):

A pontuação para o fator “Preço Global” apresentado pelos concorrentes para o fornecimento desta viatura, será calculada utilizando a seguinte fórmula:

$L_{sup} =$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf} =$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x =$	Preço proposto	Variável
$F_a =$	Maior valor considerável (sem IVA incluído)	100.000,00€
$F_b =$	Menor valor considerável (sem IVA incluído)	50.000,00€
$P_p = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A chefe de Divisão


(Paula Nunes)

P_p – Pontuação obtida no fator “Preço Global”

2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS (40%)

A pontuação para este fator do critério de adjudicação será obtida através da avaliação dos seguintes subfactores:

2.1 Volume da Bagageira (50%)

$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x=$	Valor Proposto	Variável
$F_b=$	Maior valor considerável	14m3
$F_a=$	Menor valor considerável	10m3
$P_{VB} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_{VB} – Pontuação obtida no fator “Volume da Bagageira”

2.2 Potência Máxima do Motor (50%)

$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x=$	Valor Proposto	Variável
$F_b=$	Maior valor considerável	170Cv
$F_a=$	Pior valor considerável	130cv
$P_{PM} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_{PM} – Pontuação obtida no fator “Potência Máxima do Motor”

A pontuação será calculada da seguinte forma:



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A chefe de Divisão


(Paula Nunes)

$$P_{CT} = 0.50xP_{VB} + 0.50xP_{PM}$$

Onde:

P_{CT} – Pontuação Características técnicas;

P_{VB} – Pontuação parcial para o “Volume de Bagageira”;

P_{PM} – Pontuação parcial para a “Potência Máxima do Motor”;

3. PERÍODO DE GARANTIA (10%):

Este factor, avalia o período de garantia da viatura, onde se incluem todos os sistemas e componentes.


$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x=$	Valor Proposto	Variável
$F_b=$	Maior valor considerável	60meses
$F_a=$	Menor valor considerável	24meses
$P_G = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_G – Pontuação obtida no fator “Período de Garantia”



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A chefe de Divisão


(Paula Nunes)

4. PRAZO DE ENTREGA (10%):

A pontuação para o fator “Prazo de Entrega” das viaturas será dada utilizando a seguinte fórmula:

$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x=$	Valor Proposto	Variável
$F_b=$	Menor valor considerável	Odias
$F_a=$	Maior valor considerável	90dias
$P_E = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_E – Pontuação obtida no fator “Prazo de Entrega”

5. PONTUAÇÃO FINAL (100 %):

A pontuação final será calculada da seguinte forma:

$$P_F = 0.40xP_P + 0.40xP_{CT} + 0.10xP_G + 0.10xP_E$$

Onde:

P_F – Pontuação final do concorrente

P_P – Pontuação parcial para o preço global do concorrente

P_{CT} – Pontuação parcial obtida no fator “Caraterísticas Técnicas”

P_G – Pontuação parcial obtida no fator “Período de Garantia”

P_E – Pontuação parcial obtida no fator “Prazo de Entrega”



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A chefe de Divisão


(Paula Nunes)

Modelo de Avaliação

LOTE 3

1. PREÇO GLOBAL (40 %):

A pontuação para o fator “Preço Global” apresentado pelos concorrentes para o fornecimento desta viatura, será calculada utilizando a seguinte fórmula:

$L_{sup} =$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf} =$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x =$	Preço proposto	Variável
$F_a =$	Maior valor considerável (sem IVA incluído)	65.000,00€
$F_b =$	Menor valor considerável (sem IVA incluído)	35.000,00 €
$P_p = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_p – Pontuação obtida no fator “Preço Global”



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A chefe de Divisão


(Paula Nunes)

2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS (40%)

A pontuação para este fator do critério de adjudicação será obtida através da avaliação dos seguintes subfactores:

2.1. Volume da Bagageira (35%)

$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x=$	Valor Proposto	Variável
$F_b=$	Maior valor considerável	15m3
$F_a=$	Menor valor considerável	12m3
$P_{VB} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_{VB} – Pontuação obtida no fator “Volume da Bagageira”

2.2. Potência Máxima do Motor (30%)

$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x=$	Valor Proposto	Variável
$F_b=$	Maior valor considerável	170Cv
$F_a=$	Pior valor considerável	130cv
$P_{PM} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_{PM} – Pontuação obtida no fator “Potência Máxima do Motor”



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A chefe de Divisão

Paula Nunes
(Paula Nunes)

2.3. Capacidade de carga da plataforma elevatória (35%)

$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x=$	Valor Proposto	Variável
$F_b=$	Maior valor considerável	350Kg
$F_a=$	Pior valor considerável	200Kg
$P_{CC} = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_{CC} – Pontuação obtida no fator “Capacidade de carga da plataforma elevatória”

A pontuação será calculada da seguinte forma:

$$P_{CT} = 0.35xP_{VB} + 0.30xP_{PM} + 0.35xP_{CC}$$

Onde:

P_{CT} – Pontuação Características técnicas;

P_{VB} – Pontuação parcial para o Volume de Bagageira;

P_{CC} – Pontuação parcial para a Capacidade de carga da plataforma elevatória;

P_{PM} – Pontuação parcial para a Potencia do Motor;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A chefe de Divisão

Paula Nunes
(Paula Nunes)

3. PERÍODO DE GARANTIA (10%):

Este factor, avalia o período de garantia da viatura, onde se incluem todos os sistemas e componentes.

$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x=$	Valor Proposto	Variável
$F_b=$	Maior valor considerável	60meses
$F_a=$	Menor valor considerável	24meses
$P_G = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_G – Pontuação obtida no fator “Período de Garantia”

4. PRAZO DE ENTREGA (10%):

A pontuação para o fator “Prazo de Entrega” das viaturas será dada utilizando a seguinte fórmula:

$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	100
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	0
$F_x=$	Valor Proposto	Variável
$F_b=$	Melhor valor considerável	0dias
$F_a=$	Pior valor considerável	90dias
$P_E = [L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$		

P_E – Pontuação obtida no fator “Prazo de Entrega”

5. PONTUAÇÃO FINAL (100 %):

A pontuação final será calculada da seguinte forma:



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A chefe de Divisão


(Paula Nunes)

$$P_F = 0.40xP_P + 0.40xP_{CT} + 0.10xP_G + 0.10xP_E$$

Onde:

P_F – Pontuação final do concorrente

P_P – Pontuação parcial para o preço global do concorrente

P_{CT} – Pontuação parcial obtida no fator “Caraterísticas Técnicas”

P_G – Pontuação parcial obtida no fator “Período de Garantia”

P_E – Pontuação parcial obtida no fator “Prazo de Entrega”

Nota: Depois de avaliadas as propostas pelo júri, caso existam duas ou mais propostas com a mesma pontuação, o desempate far-se-á através do fator “Preço Global”. Caso o empate persista procede-se a sorteio.

ARTIGO 9º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O adjudicatário deve entregar através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, no prazo de 5 dias úteis após a respetiva notificação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos:

a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos (Anexo II do Programa de Procedimento).

b) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e

h) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, designadamente os seguintes documentos:

b1) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa singular ou, no caso de se tratar de pessoa coletiva, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do nº 1 do artigo 55.º do CCP;

b2) cópia de documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 55.º do CCP;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A chefe de Divisão


(Paula Nunes)

b3) cópia de documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do nº 1 artigo 55.º do CCP;

2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos anteriormente indicados devem ser apresentados por todos os seus membros.
4. No caso do adjudicatário se tratar de empresa sem sede e direção efetiva em Portugal, este para além dos documentos referidos no ponto 1, deve também apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar

ARTIGO 10º

CAUÇÃO

1. Não é exigível a prestação de caução quando o preço contratual for inferior a € 200.000,00.
2. No caso referido no número anterior pode a Entidade Adjudicante, se o considerar conveniente proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efectuar, se previsto no caderno de encargos.
3. No caso do preço contratual ser igual ou superior a € 200.000,00 deve ser prestada caução que será no valor de 5% do preço contratual.
Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10% do preço contratual.
4. O adjudicatário, quando lhe seja exigida, deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da respectiva notificação, devendo comprovar essa prestação junto da Entidade Adjudicante no dia imediatamente subsequente.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

A chefe de Divisão


(Paula Nunes)

5. A caução, quando exigida, é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou mediante garantia bancária ou seguro caução, conforme escolha do adjudicatário.

Caso o adjudicatário apresente garantia bancária ou seguro-caução, a redacção do documento deverá obedecer ao modelo constante do Anexo III do Programa de Procedimento.

Caso o adjudicatário preste caução mediante depósito em dinheiro ou títulos, deverá fazê-lo numa instituição de crédito, à ordem do Município de Loulé, mediante guia de depósito preenchida pelo próprio em conformidade com o disposto no anexo III do Programa de Procedimento.

ARTIGO 11º

CONTRATO

O contrato será reduzido a escrito, salvo nos casos de inexigibilidade e dispensa previstos no artigo 95º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 12º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissa no presente programa de concurso observar-se-á o disposto no Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua versão mais atual e demais legislação aplicável.